Estudo & Debate em Gestão & Planejamento

UNIVATES

Revista Estudo & Debate, Lajeado, v. 32, n. 1, 2025. ISSN 1983-036X
DOI: https://dx.doi.org/10.22410/issn.1983-036X.v32i1a2025.3937
https://www.univates.br/revistas

AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE E NO RIO GRANDE DO NORTE: REFLEXÕES A PARTIR DE DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017

Boanerges De Freitas Barreto Filho[1], Mauricio do Nascimento Fontes[2]

Resumo: A agricultura familiar desempenha um papel relevante no contexto nacional, do Nordeste e do Rio Grande do Norte, mas também enfrenta desafios relacionados à concentração fundiária, aos impactos climáticos e à necessidade de políticas públicas efetivas para garantir sua viabilidade e desenvolvimento. O trabalho tem por objetivo refletir sobre características do segmento da agricultura familiar nordestina e potiguar que implicam em desafios para a viabilização da produção. Adotou-se pesquisa quali-quantitativa, de natureza descritiva, baseada em referencial bibliográfico atinente à temática, levantamento documental e em dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados apontam que a agricultura familiar é essencial no Nordeste e no Rio Grande do Norte em termos de número de estabelecimentos, ocupações geradas e produção de alimentos básicos, mas enfrenta desafios estruturais como a concentração fundiária, baixo acesso a recursos e a necessidade de complementar a renda com atividades não agrícolas e programas sociais. A situação no Rio Grande do Norte reflete muitos dos problemas do Nordeste, por vezes com maior intensidade, como a concentração de terras. Conclui-se que, em ambas as áreas, a agricultura familiar tem relevância social, econômica, ambiental e até cultural, mas carrega características desafiadoras e, de forma mais específica, no Rio Grande do Norte, como a maior concentração fundiária no Rio Grande do Norte e a maior dependência de rendas não agrícolas, aspectos que reforçam a análise das particularidades e dos desafios em cada contexto subnacional.

Palavras-chave: concentração fundiária; escassez hídrica; renda; produção agropecuária.

FAMILY FARMING IN THE NORTHEAST AND RIO GRANDE DO NORTE: REFLECTIONS BASED ON DATA FROM AGRICULTURAL CENSUS

Abstract: Family farming plays an important role in the national context, in the Northeast and in Rio Grande do Norte, but it also faces challenges related to land concentration, climate impacts and the need for effective public policies to ensure its viability and development. The work aims to reflect on characteristics of the

1 Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2002). Especialista em Desenvolvimento Regional e Planejamento Territorial pela UERN. Mestrado Acadêmico em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido.

2 Bacharel em Ciências Econômicas - Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF) - Departamento de Economia (DEC).

-- Artigo recebido em 28/09/2024. Aceito em 24/03/2025. --

family farming segment in the Northeast and Potiguar that imply challenges for the viability of production. A qualitative-quantitative research was adopted, of a descriptive nature, based on bibliographic reference related to the theme, documentary survey and data made available by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The results indicate that family farming is essential in the Northeast and Rio Grande do Norte in terms of the number of establishments, occupations generated and production of basic foods, but faces structural challenges such as land concentration, low access to resources and the need to supplement income with non-agricultural activities and social programs. The situation in Rio Grande do Norte reflects many of the problems of the Northeast, sometimes with greater intensity, such as the concentration of land. It is concluded that, in both areas, family farming has social, economic, environmental and even cultural relevance, but it carries challenging characteristics and, more specifically, in Rio Grande do Norte, such as the highest concentration of land in Rio Grande do Norte and the greater dependence on non-agricultural incomes, aspects that reinforce the analysis of the particularities and challenges in each subnational context.

Keywords: land concentration; water scarcity; income; agricultural production.

1 INTRODUÇÃO

Apesar das contribuições socioeconômicas e ambientais, sabe-se que o segmento da agricultura familiar brasileira também se caracteriza pela heterogeneidade e por inúmeros problemas e desafios. Ao longo do tempo foram realizadas diversas pesquisas, muitas das quais baseadas em dados do IBGE, cujos resultados indicaram um amplo conjunto de obstáculos para o universo da agricultura familiar.

De acordo com Schneider (2003), um dos maiores problemas, que limita o segmento da agricultura familiar, consiste no tamanho reduzido, portanto na insuficiência de terras. A limitada disponibilidade de terras e o crescente desinteresse das gerações mais jovens pela continuidade de atividades produtivas tradicionais impõem que as famílias busquem atividades não agrícolas, passando a desempenhar outras atividades, tais como: comerciais, artesanais, prestação de serviços, inclusive domésticos, dentre outras ocupações. Assim, as circunstâncias e diferenciações presentes no universo da agricultura familiar se consubstanciam numa pluriatividade crescente, sobretudo naqueles segmentos menos capitalizados (Schneider, 2003).

Mais recentemente, Nascimento, Aquino, Delgrossi (2021) analisaram as tendências da agricultura familiar no Brasil, com foco no paradoxo da pluriatividade. Utilizando dados da Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (PNAD) de 2006 a 2015, os autores investigam a redução do número de agricultores familiares observada no Censo Agropecuário de 2017. A pesquisa revelou que os critérios de enquadramento podem impedir que famílias pluriativas sejam classificadas como agricultura familiar, contribuindo para essa diminuição estatística. Além disso, o estudo apontou para um crescimento da agricultura familiar voltada para o autoconsumo, demandando políticas públicas específicas.

Conforme Fossá e Renk (2021), o Decreto n.º 9.064, de 31 de maio de 2017, que regulamentou a Lei nº 11.326/2006, manteve os quatro critérios de definição de agricultor familiar, mas com alterações nos itens II e III: O critério sobre a utilização de mão de obra passou a exigir a utilização de no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda. Já o critério sobre a renda familiar passou a exigir que no mínimo, metade da renda familiar seja proveniente de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento. O decreto de 2017 continuou a não considerar

adequadamente a pluriatividade das famílias rurais, mantendo a vinculação da sua reprodução social às atividades econômicas agrícolas desenvolvidas no estabelecimento, consequentemente implicou num grupo expressivo de produtores que foi desclassificado da categoria agricultura familiar devido à pluriatividade.

Buainain (2006), a partir de dados do Censo Agropecuário de 2006, chamou atenção para a grande diversificação existente na agricultura familiar, cuja heterogeneidade se caracteriza pelo grande número de agricultores descapitalizados e, em muitas circunstâncias, que não conseguem produzir o mínimo para assegurar a sobrevivência, até produtores ligados às agroindústrias. Além de heterogêneo, também verificou forte dispersão espacial, em que todas as regiões do país têm presença marcante de agricultores familiares no universo da agricultura, com maiores densidades observadas nos municípios das regiões Sul e Nordeste, em que superam 80% do total, e as menores em alguns municípios da região Norte, em decorrência da cobertura florestal, e na região Centro-Oeste, em virtude da forte presença das grandes propriedades do agronegócio.

Guanziroli, Di Sabatto e Buainain (2020), ao comparar o desempenho da agricultura familiar ao longo de décadas[3], identificam um declínio na participação da agricultura familiar no Valor Bruto da Produção (VBP) entre 2006 e 2017, explorando possíveis causas como secas, redução de crédito e assistência, e o rápido avanço tecnológico na agricultura não familiar. Além disso, os autores examinaram a heterogeneidade dentro do próprio grupo da agricultura familiar, revelando diferentes níveis de renda e especialização.

Moura *et al*. (2024), demonstraram a complexa e heterogênea situação da agricultura familiar brasileira, com desafios significativos em termos de competitividade, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, apesar de uma tímida melhora média ao longo do período analisado (2006/2017).

Aguiar e Macedo (2024), realizaram revisão bibliográfica[4] em que exploram os desafios e oportunidades da agricultura familiar no Brasil, com foco na sua relação com a conservação ambiental. A pesquisa destacou a importância da agricultura familiar para a economia local, inclusão social e sustentabilidade, ao mesmo tempo em que apontou para dificuldades como acesso limitado a recursos, competição desleal e entraves na certificação.

A persistência de desafios não impede o reconhecimento que a agricultura familiar desempenha um papel fundamental no cenário agropecuário e socioeconômico nacional. Os dados e informações, provenientes do Censo Agropecuário de 2017, mostram que o país contava com cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos agropecuários classificados como agricultura familiar, representando 77% do total existente, com contribuição relevante para a segurança alimentar, a geração de renda e o desenvolvimento rural sustentável (IBGE, 2019).

3 A participação no Valor Bruto da Produção (VBP) gerado pela agricultura familiar foi de 37,91% em 1996 e 36,11% em 2006. Contudo, entre 2006 e 2017, houve uma diminuição do percentual do VBP gerado pela agricultura familiar, passando de 36,1% para 28,2% (Guanziroli; Di Sabatto; Buainain, 2020).

4 O estudo analisou 141 artigos da plataforma Scopus publicados entre 2013 e julho de 2023 (Aguiar; Macedo, 2024).

Quando se leva em conta espaços subnacionais, como a Região Nordeste, geralmente, verificam-se recorrências maiores de determinados problemas e desafios. Moura *et al.* (2024), apontam que as microrregiões com os piores indicadores de competitividade concentram-se nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, que também possuem expressiva população rural. Segundo Guanziroli, Di Sabatto e Buainain (2020), as quedas mais expressivas na participação da agricultura familiar no VBP foram registradas nas regiões Norte e Nordeste. No Nordeste, uma possível explicação foi a forte seca que atingiu o Semiárido entre 2012 e 2017.

Pesquisas também mostram que a pluriatividade é uma característica presente na agricultura do Nordeste, mas que critérios legais para definir a agricultura familiar acabam por excluir muitas famílias pluriativas dessa classificação, especialmente aquelas com maior diversificação de fontes de renda fora da unidade de produção agrícola. Ao mesmo tempo, observa-se um crescimento da agricultura familiar de autoconsumo na região, enquanto a agricultura familiar comercial, incluindo suas formas pluriativas, apresenta tendência de redução ou estabilidade (Nascimento; Aquino; Delgrossi, 2021; Fossá; Renk, 2021).

Saliente-se que os dados preliminares apresentados mostram a representatividade socioeconômica da agricultura familiar, inclusive nos recortes subnacionais. Também evidenciam que a agricultura familiar no Nordeste enfrenta um conjunto complexo de dificuldades que incluem a vulnerabilidade climática extrema, baixa competitividade e produtividade, acesso limitado a recursos e tecnologias, problemas estruturais e ambientais persistentes, desigualdades regionais acentuadas e, em alguns casos, falta de apoio governamental adequado. Muito provavelmente, estes fatores interligados contribuem para o desempenho relativamente inferior da agricultura familiar na região em comparação com outras partes do país, bem como compõem o contexto dos distintos estados que integram a região, como o Rio Grande do Norte (RN).

Pelo exposto, apresenta-se a seguinte questão norteadora da pesquisa: Que circunstâncias desafiadoras impactam a diversidade produtiva e a viabilidade socioeconômica da agricultura familiar no Nordeste e no Rio Grande do Norte? A partir de dados selecionados do Censo Agropecuário de 2017, objetiva-se refletir sobre características do segmento da agricultura familiar nordestina e potiguar que implicam em desafios para a viabilização da produção.

O trabalho segue uma metodologia quali-quantitativa, de natureza descritiva[5], e baseada em seleção de dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Procedeu-se a análise de dados quantitativos do Censo Agropecuário de 2017, comparados em alguns casos com dados de 2006. Esses dados incluem o número de estabelecimentos, a área total ocupada, o valor da produção, a participação da agricultura familiar na produção de diversos produtos e a mão de obra empregada. Realizou-se revisão bibliográfica de diversos autores e estudos sobre agricultura familiar. Essa revisão permite contextualizar os dados do censo, apresentar diferentes perspectivas conceituais sobre

5 A natureza descritiva da pesquisa se manifesta na apresentação e discussão das características da agricultura familiar no Nordeste e no Rio Grande do Norte com base nos dados do censo e no referencial teórico.

agricultura familiar e refletir os desafios e a importância do segmento. Buscou-se também, a exposição de trechos de documentos atinentes à temática, como a Lei n.º 11.326/2006 e o Decreto n.º 9.064/2017, que estabelecem os critérios para o enquadramento da agricultura familiar.

Portanto, a metodologia empregada envolveu a coleta e análise de dados estatísticos secundários (Censo Agropecuário), a interpretação desses dados à luz da literatura existente sobre agricultura familiar, e a consideração do contexto legal e político que influencia o segmento.

Além da introdução, o trabalho conta com outras 4 seções. A seção 2 apresenta breve caracterização do segmento da agricultura familiar. A seção 3 traça um panorama da agricultura familiar do Brasil. A seção 4 traz os resultados e discussão, com ênfase nos traços gerais da atividade no Nordeste e no Rio Grande do Norte (RN) e, por fim, a seção 5 presenta as conclusões do trabalho.

2 AGRICULTURA FAMILIAR: CARACTERIZAÇÃO DO SEGMENTO

O debate acadêmico oferece distintas perspectivas conceituais para o enquadramento teórico do termo agricultura familiar. No entanto é possível considerar a década de 1990 como um marco para o crescimento do número de pesquisas e estudos que passaram a revelar, com muitos detalhes, a importância socioeconômica do segmento e evidenciar a importância da agricultura familiar como responsável por garantir boa parte da produção de hortifrutigranjeiros do país, além de participar da produção de fibras e energia. Por exemplo, a pesquisa do convênio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), com base em dados do Censo Agropecuário de 1995/1996, foi pioneira na segmentação entre estabelecimentos familiares e não familiares[6]: "[...] fez uma análise dos estabelecimentos agropecuários brasileiros separando-os em estabelecimentos de agricultores familiares e patronais" (Schneider; Cassol, 2014, p. 232).

Já para o efeito da formulação das Políticas Públicas se impôs a necessidade de estabelecer elementos, razoavelmente, objetivos. Ou seja, para oportunizar recursos para o segmento da agricultura familiar se fez necessário o estabelecimento de critérios que não permitissem o acesso dos recursos pela agricultura patronal, assim, procedeu-se a classificação dos agricultores familiares, com fins de elegibilidade para acessar os programas (Navarro; Pedroso, 2011; Schneider, 2010).

É importante frisar que a partir do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) houve a necessidade de diferenciar, detalhadamente, os segmentos da agricultura familiar que, segundo Schneider (2010), podem ser classificados em agricultores familiares empresariais, não empresariais e camponeses. Nos termos dessa classificação, verifica-se que os produtores empresariais e não empresariais podem se beneficiar das políticas agrícolas, já os camponeses se beneficiam da política agrária.

6 Ver também Schneider e Cassol (2013).

A Lei n.º 11.326/2006 instituiu a Política Nacional da Agricultura Familiar, com regulamentação[7] dada através do Decreto n.º 9.064, de 31 de maio de 2017, em seu art. 3º, indica que a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA) e o empreendimento familiar rural deverão atender aos seguintes requisitos:

> I. possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais; II. utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda; III. auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e IV. ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar (Brasil, 2017, p. 11).

Importante destacar que o enquadramento normativo se destina ao direcionamento de crédito para o público-alvo: O agricultor familiar é aquele que se utiliza da sua própria mão de obra e de sua família para realização de sua produção. Além disso, grande parte de sua renda é advinda, exclusivamente, do que produz, sendo que essa produção deve ser gerida pelo núcleo familiar, sem que haja interferência de terceiros na gestão do estabelecimento (Brasil, 2017). No entanto, o enquadramento normativo não contempla à heterogeneidade e diversidade interpretativa acerca do universo da agricultura familiar brasileira. Neste sentido, tem-se inúmeras classificações e tipologias que buscam contemplar as distintas formas de organizações produtivas existentes.

Conforme Savoldi e Cunha (2010), o universo da agricultura familiar pode ser dimensionado, conforme disposto na Figura 1.

Figura 1 - Tipologia da agricultura familiar I

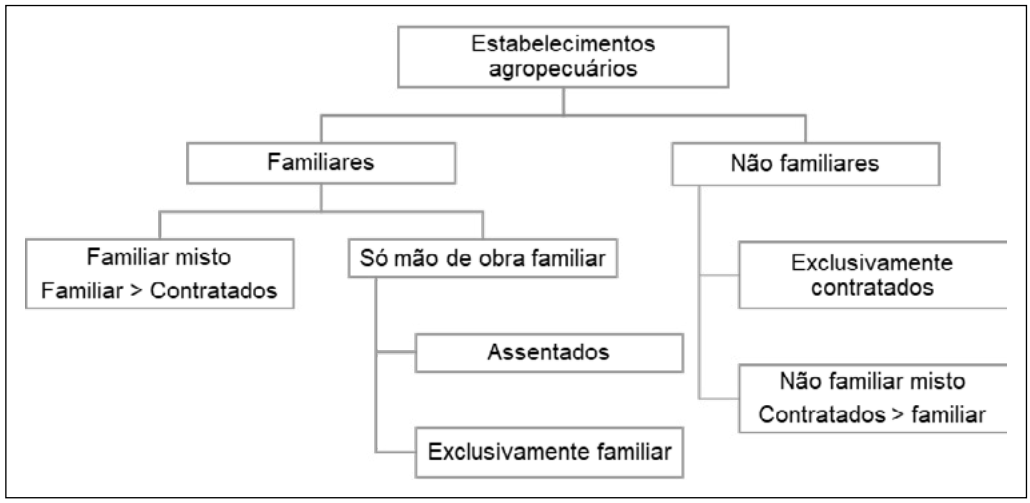
Fonte: Savoldi e Cunha (2010).

Para Savoldi e Cunha (2010), a família agrícola de caráter empresarial é aquela que orienta a produção para o mercado, com vista à obtenção de renda e que disponha de uma estrutura econômica, social, técnica e patrimonial. Já a família camponesa visa a manutenção da produção agropecuária e da propriedade familiar, em determinadas condições culturais e sociais, sem orientar sua prática pelos padrões produtivistas de mercado. E a família agrícola urbana é aquela que não tem uma orientação exclusiva para o mercado e conduz o sistema produtivo para a para a melhoria da qualidade de vida, mas sem desmerecer a busca por rendimentos.

7 Diário Oficial da União - Seção 1 - Edição Extra - 31/5/2017, Página 11 (Publicação Original) (Brasil, 2017).

Já Kageyama, Bergamasco e Oliveira (2013) propuseram a tipologia sistematizada na Figura 2, com segmentação entre estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e não familiar.

Figura 2 - Tipologia da agricultura II

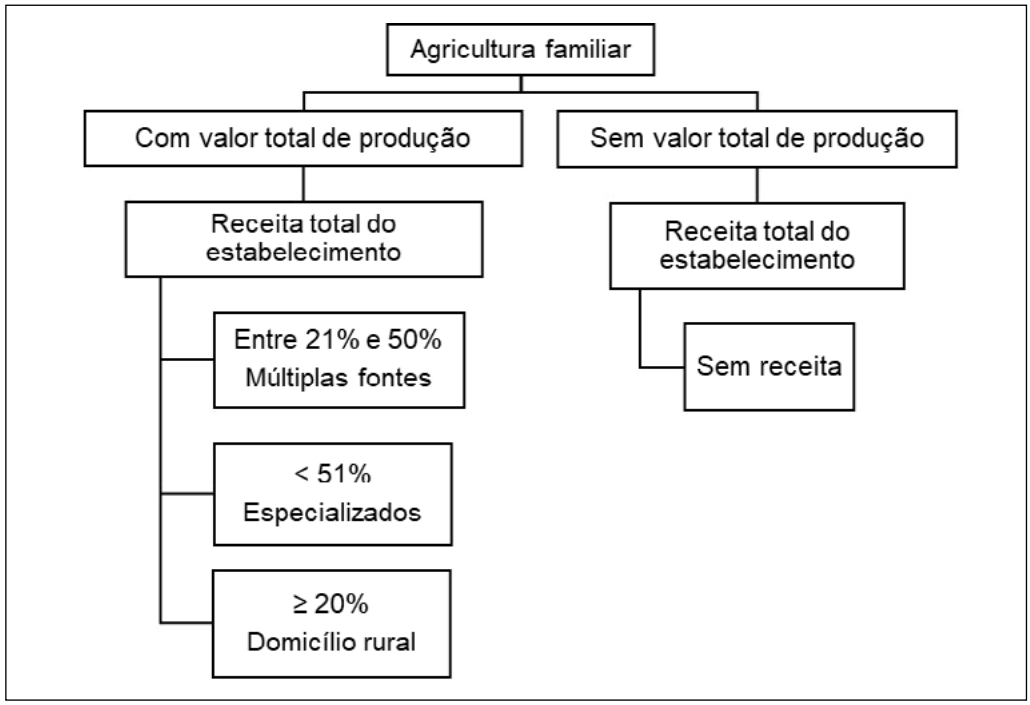


Fonte: Kageyama, Bergamasco e Oliveira (2013, p. 111).

A tipologia de Kageyama, Bergamasco e Oliveira (2013), considerou a existência de estabelecimentos familiares mistos, com possibilidade de ocorrência de trabalhadores contratados desde que o trabalho familiar exceda o número de contratados, bem como de estabelecimentos agropecuários que utilizam apenas mão de obra familiar.

A Figura 3 apresenta a tipologia adotada por Schneider e Cassol (2014) para a elaboração de trabalho para o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

Figura 3 – Tipologia da agricultura familiar III



Fonte: Schneider e Cassol (2014); Schneider (2014).

A tipologia proposta por Cassol e Schneider (2014), realça a heterogeneidade do universo da agricultura familiar e usa como critério inicial de segmentação à obtenção de receita agropecuária pelo estabelecimento rural. Para os estabelecimentos agropecuários que dispunham de ingresso de receita agropecuária foi estabelecida a seguinte categorização: estabelecimentos familiares especializados, com uma proporção de receitas agropecuárias acima de 51%; estabelecimentos familiares com múltiplas fontes de receitas, aqueles em que a receita agropecuária se situavam entre 21% a 50% do total das receitas e; estabelecimentos familiares com residentes rurais, aqueles cuja receita agropecuária não passava de 20% do total.

Evidentemente que as tipologias indicadas não esgotam as diferentes perspectivas e caracterizações para se estudar o universo da agricultura familiar brasileira, mas exemplificam a riqueza do debate teórico sobre a agricultura familiar. Além do profícuo debate, também é possível demonstrar a relevância socioeconômica da agricultura familiar brasileira, bem como alguns desafios, a partir dos dados referentes ao segmento.

3 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: DADOS SELECIONADOS

Quando se trata da agricultura familiar, considera-se como um setor essencial no cenário agropecuário e socioeconômico nacional, pois representa "77% dos estabelecimentos agropecuários" do país, ocupando, aproximadamente, uma área de 80,89 milhões de

hectares, ou seja, 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Ademais, o segmento respondia, em 2017, por um total de R$ 107 bilhões na produção, equivalente a 23% de toda produção agropecuária nacional[8] (IBGE, 2019, p. 97).

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 apontaram a existência de 5.073.324 estabelecimentos agropecuários, que ocupavam uma área total de 351,289 milhões de ha, ou seja, cerca de 41% da área total do país. Em relação ao levantamento anterior, feito em 2006, houve aumento de 5,8% na área ocupada, apesar da redução de 102.312 estabelecimentos rurais (IBGE, 2017). Mais precisamente, de acordo com IBGE (2020, p. 294), os dados do Censo Agropecuário de 2017 mostraram que:

> Do total de estabelecimentos agropecuários e aquicultores nacionais (5.073.324), 76,8% correspondiam à agricultura familiar (3.897.408), ocupando 23,0% do total da área dedicada a atividades agropecuárias. Uma pequena parcela desses estabelecimentos é classificada como de produtores sem área (1,4%).

De acordo com o IBGE (2019, p. 97), constata-se que uma parcela considerável, equivalente a 48% das terras da agricultura familiar, era destinada à criação de pastagens. Além disso, aproximadamente, 31% das áreas correspondiam a matas, florestas ou sistemas agroflorestais, desempenhando um papel na conservação ecológica. "Por fim, as lavouras ocupavam cerca de 15,5%" do total de hectares da agricultura familiar. Os dados refletem a diversidade de usos da terra no segmento da agricultura familiar e evidenciam a importância da produção agropecuária, quanto para a preservação ambiental.

Quando se trata da condição dos produtores em relação às terras, no contexto da agricultura familiar, verificou-se que a propriedade das terras era uma condição predominante entre os agricultores familiares, conferindo-lhes controle e autonomia sobre suas atividades agrícolas. Segundo o IBGE (2019, p. 98):

> [...] dos 3,9 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares, 3,2 milhões de produtores eram de proprietários, representando 81% dos estabelecimentos familiares e abrangendo 88% das suas áreas. Outros 219 mil produtores declararam acessar as terras na condição de 'assentado sem titulação definitiva'.

Há um reconhecimento que ocorreram progressos nas últimas décadas no meio rural brasileiro, com a execução de políticas públicas setoriais e maior aporte de recursos para o crédito rural, embora insuficientes para equacionamento de todos os desafios e problemas que afligem, sobretudo, os segmentos mais vulneráveis. Considera-se que os avanços foram impulsionados também pela decisão do Estado de fornecer um apoio mais substancial ao setor produtivo da agricultura familiar, que, ao longo de quase cinco séculos, permaneceu à

8 O valor total da produção com atividades agropecuárias nos estabelecimentos agropecuários foi de 465 bilhões de reais (IBGE, 2019, p. 81).

margem das ações das políticas públicas de desenvolvimento rural[9] do país (Mattei, 2014, p. 90).

A seguir, a Tabela 1, mostra uma comparação de dados selecionados sobre a situação da agricultura familiar no Brasil, em dois momentos diferentes: nos anos de 2006 e 2017, com base nos Censos Agropecuários.

Tabela 1 - Comparativo da agricultura familiar no Brasil a partir dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017

AGRICULTURA FAMILIAR	CENSO AGRO 2006	CENSO AGRO 2017
Nº Estabelecimentos	4.305.105	3.897.408
Área total (ha)	81.268.779	80.891.084
Pessoal Ocupado	12.281.545	10.115.559

Fonte: Elaboração dos autores (2023) a partir de IBGE (2006; 2017).

Em 2006, existiam cerca de 4,3 milhões de estabelecimentos envolvidos na agricultura familiar no Brasil (83,2% dos estabelecimentos agropecuários). No Censo Agropecuário de 2017, o número havia diminuído[10] para cerca de 3,9 milhões (77% do total de estabelecimentos agropecuários do país), respondendo por 23% do valor da produção (IBGE, 2006; 2017; 2019).

Para Valadares (2021, p. 71-2):

> Essa perda [total de estabelecimentos agropecuários] explicou-se, sobretudo, pela redução de estabelecimentos familiares de até 10 ha, em especial no Sul e no Nordeste, e pela revisão metodológica da categoria 'produtor sem área', que, formada majoritariamente por agricultores familiares, deixou de ser contabilizada, na maioria dos casos, como estabelecimentos agropecuários distintos.

Em 2006, a área ocupada era de 81,2 milhões de hectares, passando para uma área de 80,8 milhões de hectares (23% da área total), representando um pequeno decréscimo da área, em relação ao censo anterior. O pessoal ocupado passou de 74,1%, em 2006, para 67% em 2017, que, em números absolutos, representou uma redução de 2,166 milhões de pessoas ocupadas na agricultura familiar (IBGE, 2006; 2017; 2019).

Ainda segundo o IBGE (2006; 2017), a mão de obra empregada na agricultura familiar também apresentou uma redução significativa. Em 2006, eram mais de 12 milhões de pessoas trabalhando, mas em 2017 esse número caiu para cerca de 10,1 milhões, representando 67% do total de trabalhadores nos estabelecimentos agropecuários.

9 Segundo Aguiar, Verch e Kubo (2016) e Kageyama (2008), o desenvolvimento rural refere-se ao processo de melhorar as condições de vida, economia e infraestrutura nas áreas rurais, abrangendo a diversificação econômica, acesso a serviços básicos, conservação ambiental e inclusão social. Isso inclui tanto a agricultura quanto atividades não agrícolas, visando criar oportunidades, reduzir migração e promover um ambiente sustentável com políticas, investimentos e participação comunitária.

10 Reitere-se, o impacto das alterações normativas já mencionadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, nos itens 4.1 e 4.2, são apresentados e discutidos dados selecionados sobre a agricultura familiar no Nordeste (item 4.1) e, de forma mais específica, no Rio Grande do Norte (item 4.2), com base nos Censos Agropecuários de 2006 e 2017.

4.1 Agricultura familiar no Nordeste: Dados selecionados

De acordo com Aquino, Alves e Vidal (2020), ao longo do século XXI, a forma de produção predominante no campo nordestino foi a agricultura familiar. Em 2017, representava 79,2% dos estabelecimentos agropecuários da Região, abrigando 47,2% do total nacional de estabelecimentos familiares. Em termos de pessoal ocupado, as unidades familiares absorviam a mão de obra de mais de 4,7 milhões de pessoas (73,8% do total regional) em 2017. Em 2006, a agricultura familiar também era apontada como a forma de produção predominante e representava metade do contingente desse tipo de produtor no país.

Não obstante, a agricultura familiar no Nordeste enfrentou desafios persistentes como a desigualdade fundiária, baixo acesso à educação[11] por parte dos agricultores familiares (com alto índice de analfabetismo entre esses produtores, 42,2%), assistência técnica insuficiente (com 92,7% não recebendo orientação em 2017), baixo acesso às tecnologias mais eficientes para a produção, além dos impactos de eventos climáticos severos como a seca de 2012 a 2017. Os autores também salientam que uma das características marcantes da evolução recente foi a crescente importância das rendas não agrícolas[12], bem como pontuam a relevância das políticas sociais para a sustentabilidade desse segmento (Aquino; Alves; Vidal, 2020).

Vargas, Aquino e Carvalho (2022), destacam a baixa oferta e o acesso limitado aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pela agricultura familiar no Nordeste, com mais de 90% dos agricultores familiares relatando não ter recebido esses serviços em 2017. Apesar de o Nordeste ter recebido a maior parte dos recursos para ações de ATER entre 2003 e 2014, a oferta do serviço ainda é a menor entre as regiões. Os autores também apontam para a queda orçamentária e o desmantelamento de conquistas na ATER pública após 2016, a necessidade de reestruturação e fortalecimento da ATER pública, e os desafios da implementação da ATER Digital devido ao baixo acesso a equipamentos eletrônicos e à baixa escolaridade dos agricultores familiares na região.

11 A taxa de distorção idade-série na rede pública do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais rurais, em 2023, do Nordeste era de 9,3%, inferior à média rural do Brasil (10,8%) e da região Norte (17,8%), mas superior ao Sudeste (7%) e Sul (5,8%). Nos Anos Finais do Ensino Fundamental rural do Nordeste, a taxa de distorção era de 25,8%, inferior à da região Norte (41,3%) mas superior às demais regiões e à média rural do Brasil (28,2%) (CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares / DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2024).

12 A estabilidade da agricultura familiar nordestina mostrava-se bastante dependente das rendas do não trabalho, como aposentadorias e políticas sociais, que ajudavam a compensar a baixa produção individual de muitos agricultores (Aquino; Alves; Vidal, 2020).

Sobre o acesso à tecnologia é interessante notar que, conforme Castro e Freitas (2021), a proporção de uso de tecnologias como adubo, agrotóxico e controle de doenças/parasitas é surpreendentemente similar entre estabelecimentos familiares e não familiares no Nordeste. A diferença mais marcante reside na posse e uso de tratores. Na mesma linha:

> Se utilizar a tipologia por uso entre agricultores familiares e não familiares, não há grande diferença para a região Nordeste. Entre os agricultores não familiares, 32% utilizaram adubo, enquanto entre os agricultores familiares o percentual é de 30%, revelando pequena diferença no comportamento entre as duas categorias de agricultores (Castro; Pereira, 2021, p. 21).

Dias e Campos (2022) mensuraram o nível de modernização da atividade agropecuária dos agricultores familiares do Nordeste brasileiro, utilizando dados do Censo Agropecuário de 2017 e análise fatorial. O resultado indicou um Índice de Modernização Agrícola (IMA) médio-baixo (0,1315) para a região, com um comportamento homogêneo entre os estados. A pesquisa revela a escassez de tecnologias modernas e o uso de práticas agrícolas rudimentares entre os agricultores familiares e confirmou que o Nordeste apresenta um atraso tecnológico em relação a outras regiões do Brasil, e que a modernização é influenciada por diversos indicadores, como o uso de fertilizantes, defensivos, máquinas e assistência técnica.

Como destacam Aquino, Alves e Vidal (2020), as secas na região Nordeste[13] se constituem em problemas recorrentes e causam grandes prejuízos para a agricultura. Por exemplo, no quinquênio de 2012 a 2017 ocorreu uma grande seca, com acentuada intensidade em praticamente todo o Semiárido. Apesar do cenário climático desafiador, a agricultura familiar ainda se constituiu na principal forma de produção, geração de ocupações e de renda para boa parte da população rural do Nordeste, conforme depreende-se dos dados do Censo Agropecuário de 2017. Ademais, a gravidade da seca não levou ao esvaziamento das áreas rurais como em séculos anteriores, em parte, reconheça-se, devido à melhoria na infraestrutura hídrica e à rede de proteção social (Aquino; Alves; Vidal, 2020).

O Nordeste, historicamente, teve uma participação importante na produção da agricultura familiar, porém apresentando, no comparativo dos dois últimos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, uma redução na participação na produção da agricultura familiar, caindo de cerca de 60%, em 2006, para cerca de 44,6%, em 2017 (IBGE, 2006; 2017).

Comparando os censos de 2006 e 2017, o Nordeste foi a única região do Brasil a registrar queda tanto no número quanto na área dos estabelecimentos agropecuários, além de uma redução no total de pessoas ocupadas na agropecuária (Aquino; Alves; Vidal, 2020).

A Tabela 2 apresenta dados sobre número e porcentagem de estabelecimentos agropecuários e área total da agricultura familiar e não familiar do Nordeste, em 2017.

13 Boa parte da extensão territorial regional é caracterizada por um clima semiárido, com chuvas escassas e irregulares. Essa característica climática torna a agricultura uma atividade desafiadora, pois os agricultores precisam lidar com a falta de água para realização das atividades agropecuárias (Silva, 2013).

Tabela 2 - Número e porcentagem de estabelecimentos agropecuários e área total nos diferentes tipos de agricultura da Região Nordeste – 2017

Tipos de Agricultor	Estabelecimentos		Área total (ha)		Área média por tipo de estabelecimento (ha)
	Número	%	Hectares	%	
Familiar	1.838.846	79,2	25.925.743	36,6	14,09
Não familiar	483.873	20,8	44.968.122	63,4	92,93
Total	**2.322.719**	**100**	**70.893.865**	**100**	**-**

Fonte: Elaboração dos Autores (2023) a partir de Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

Conforme a Tabela 2, os agricultores não familiares, mesmo com um número menor de estabelecimentos, possuíam mais hectares do que os agricultores familiares. Essa diferença pode ser explicada, basicamente, pelo fato de os estabelecimentos agropecuários familiares[14] serem minifúndios, respondendo por 47,2% de todos os estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar brasileira, enquanto a agricultura não familiar[15] se notabiliza pela existência de médios e grandes estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2019). A grande diferença entre a porcentagem de estabelecimentos e a porcentagem da área total ocupada entre a agricultura familiar e não familiar ilustra a questão da concentração fundiária no Nordeste. A maioria dos estabelecimentos rurais é de agricultura familiar, caracterizada por minifúndios, ou seja, pequenas propriedades, com área média de 14,09 ha. Em contrapartida, a agricultura não familiar, com um número menor de propriedades, concentra a maior parte da terra, indicando a presença de médios e grandes estabelecimentos agropecuários, com área média de 92,93 ha.

A Tabela 3 apresenta dados sobre número e porcentagem de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar do Brasil, do Nordeste e do Semiárido[16], em 2006 e 2017.

14 Em todo o país foram identificados 2.543.681 estabelecimentos agropecuários com até 10 hectares, distribuídos em 7,993 milhões de ha. Também foram identificados 77.037 estabelecimentos agropecuários sem área, em que os produtores trabalham com extrativismo, apicultura etc. (IBGE, 2017).

15 Em todo o país, na categoria de estabelecimentos agropecuários com mais de mil hectares, foram identificados 51.203 unidades, que ocupavam uma área de 167,227 milhões de ha (IBGE, 2017).

16 "De acordo com a Resolução nº 115, de 23/11/2017, o Semiárido brasileiro era composto por 1.262 municípios, dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. A região do Semiárido foi delimitada legalmente, com incumbência da SUDENE [Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste], a partir de critérios técnicos homologados pelo Conselho Deliberativo, indicar os municípios integrantes da área" (Barreto Filho; Souto; Lima, 2023. p. 3).

Tabela 3 - Estabelecimentos de agricultura familiar em 2006 e em 2017, Brasil, Nordeste e Semiárido, n.º total e percentuais

Área	Censo agro 2006			Censo agro 2027		
	Estab. Total	Estab. Agric. Fam.	% Agric. Fam.	Estab. Total	Estab. Agric. Fam.	% Agric. Fam.
Brasil	5.175.636	4.366.267	84,36	5.073.324	3.897.408	76,82
Nordeste	2.454.060	2.187.131	89,12	2.322.719	1.838.846	79,17
Semiárido	1.713.545	1.527.861	89,16	1.835.535	1.446.842	78,82

Fonte: IBGE (2006; 2017). Legenda: Estab. – Estabelecimentos; Agric. Fam. – Agricultura familiar.

Em 2006, 89,1% dos estabelecimentos agropecuários da região Nordeste eram da agricultura familiar, diminuindo para 79,2% em 2017. Já no Semiárido, em 2006, 89,1% eram estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar, diminuindo para 78,8% em 2017. Além das explicações apresentadas por Valadares (2021) sobre as prováveis causas da redução e as mudanças relacionadas à legislação, não se pode descartar a ocorrência de aquisições de terras para formação de propriedades maiores e a ampliação dos Perímetros Urbanos[17] para implantação de loteamentos.

Sobre a condição dos agricultores familiares em relação à propriedade das terras, Valadares (2021, p. 73) destaca dois aspectos:

> Em primeiro lugar, o Nordeste, além de ter a maior proporção, entre as regiões, de produtores familiares não proprietários (22% em 2017), segue respondendo pela maior proporção de estabelecimentos dessa categoria cujos produtores têm relações de não propriedade com a terra (excluindo assentados): em 2017, dos 521,2 mil produtores nessa condição (parceiros, arrendatários, comodatários, ocupantes e sem área), 58,3% estavam da região nordestina; em 2006, esse percentual era de 67,6% sobre um total de 933,5 mil estabelecimentos com produtores não proprietários em todo o país. Em segundo lugar, chama a atenção que, entre os estabelecimentos não familiares, a proporção de produtores proprietários tenha caído de 85% para 81% entre os censos, empatando, em 2017, com o percentual correspondente registrado entre estabelecimentos familiares.

Sabe-se que historicamente as pessoas pobres do rural nordestino foram bloqueadas pela elite agrária regional em suas lutas pela terra. Ademais, os latifundiários da Região contaram com o apoio governamental e a ausência de uma política de Estado para promover uma reforma agrária[18] com a abrangência necessária. Neste sentido, pode-se considerar

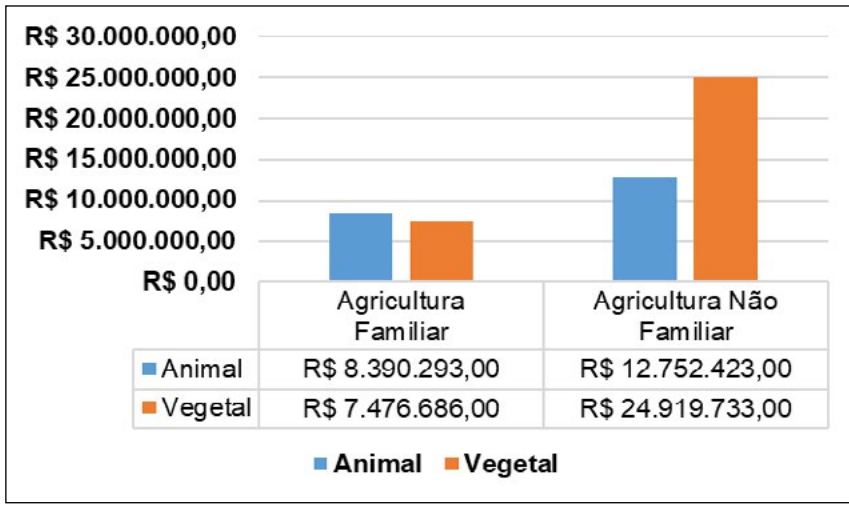
17 Pesquisa de Oliveira e Barreto Filho (2023) mostra que a expansão urbana de São Miguel-RN se deu pela aprovação de Leis Municipais que expandiram a zona urbana por áreas do entorno da cidade, com abertura de loteamentos em terras que eram para exploração agropecuária. Acredita-se que movimentos similares ocorreram em muitos municípios do interior nordestino.

18 O Governo Federal, em 2003, instituiu o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNFC), com objetivos de promover a aquisição de terras para distribuí-las e, consequentemente, contribuir para a mitigação da pobreza rural e assegurar melhorias nas condições de vida dos agricultores familiares. (Paiva; Barreto Filho, 2019).

que, especialmente no Nordeste, ainda persiste a questão agrária, não apenas como um problema socioeconômico, mas eminentemente político, dada a persistência dos latifúndios e insuficiência de ações públicas (Andrade, 1997).

Os dados apresentados no Gráfico 1 fornecem uma visão detalhada do valor da produção agropecuária da agricultura familiar e não familiar no Nordeste.

Gráfico 1 – Valor da Produção dos Estabelecimentos agropecuários Familiar e Não Familiar da Região Nordeste do Brasil – 2017



Fonte: Elaboração dos autores (2023) a partir de Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

Na agricultura familiar do Nordeste, o Gráfico 1 apresenta o montante da produção animal de R$ 8.390.293,00[19], alcançando cerca de 17% do valor da produção pecuária da agricultura familiar do país e aproximadamente 39,7% do valor total da produção animal na Região Nordeste.

Em relação à produção animal em 2017, cerca de dois terços dos estabelecimentos familiares nordestinos se dedicavam a essa atividade, com destaque para a criação de aves. No valor da produção, os criadores familiares de animais de grande porte (notadamente bovinos) alcançaram um valor próximo ao dos produtores não familiares (Castro; Freitas, 2021).

Já a produção vegetal atingiu R$ 7.476.686,00, ou cerca de 13% da produção do segmento nacional, totalizando R$ 15.866.979,00, e aproximadamente 23,1% do valor total da produção vegetal na Região Nordeste.

19 Os valores foram extraídos diretamente do Censo Agropecuário 2017. Os censos agropecuários geralmente coletam e publicam dados em valores correntes do ano da pesquisa, que neste caso é 2017. Esses valores não são ajustados pela inflação para um ano base específico, o que os caracteriza como nominais (IBGE, 2017; 2019).

Na produção vegetal em 2017, mais de 1,5 milhão de estabelecimentos familiares nordestinos estavam envolvidos, com destaque para lavouras temporárias e permanentes em termos de número de estabelecimentos e valor da produção. A agricultura familiar também se sobressai na horticultura e extração vegetal na comparação com a agricultura não familiar (Castro; Freitas, 2021).

A produção da agricultura familiar está intrinsecamente ligada à segurança alimentar, tanto pelo fornecimento de alimentos básicos para o mercado interno quanto pelo autoconsumo, uma importante estratégia de sobrevivência para muitos agricultores familiares nordestinos. O autoconsumo contribui para a manutenção dos hábitos alimentares e a redução da vulnerabilidade às flutuações do mercado. Uma parcela significativa dos agricultores familiares nordestinos, identificados como "periféricos", possui baixa ou quase nenhuma integração com o mercado, destinando sua produção principalmente ao autoconsumo (Castro; Freitas, 2021).

A magnitude do montante gerado nas atividades agropecuárias mostra que a agricultura familiar não é apenas uma fonte essencial de subsistência, mas também desempenha um papel fundamental na economia. Segundo CONTAG/DIEESE (2024, p. 6), a agricultura familiar contribui para a "dinamização econômica de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes (68% do total)". Ademais, o acesso ao crédito rural, especialmente através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), é um importante motor da economia da agricultura familiar no Nordeste. Na Safra 2023-2024, o Nordeste registrou um volume expressivo de 903.398 contratos do PRONAF, totalizando R$ 10.380.808.053,00. Esse montante de recursos financeiros injetados na agricultura familiar permite o custeio da produção e o investimento em melhorias, impulsionando a atividade econômica na Região (CONTAG/DIEESE, 2024, p. 177-178).

Verifica-se que o montante total de receitas obtidas pelos estabelecimentos agropecuários do Nordeste, em 2017, foram de R$ 71.749.188.000,00, distribuídos assim: 59,48% para os estabelecimentos não familiares; e 40,52% para os estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar. Quando considerados apenas os estabelecimentos da agricultura familiar nordestina, observa-se que as receitas foram geradas pela produção (16,92%), receitas provenientes de programas e políticas públicas (21,34%), receitas provenientes de fora dos estabelecimentos agropecuários (1,32%) e outras receitas (0,94%).

Os dados sobre as receitas totais dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar no Nordeste deixam evidentes que os programas e políticas públicas desempenham papel central para o segmento, mais ainda quando se tem em conta que o ano de 2017 foi o quinto ano de seca em muitas áreas do Nordeste, principalmente no Semiárido.

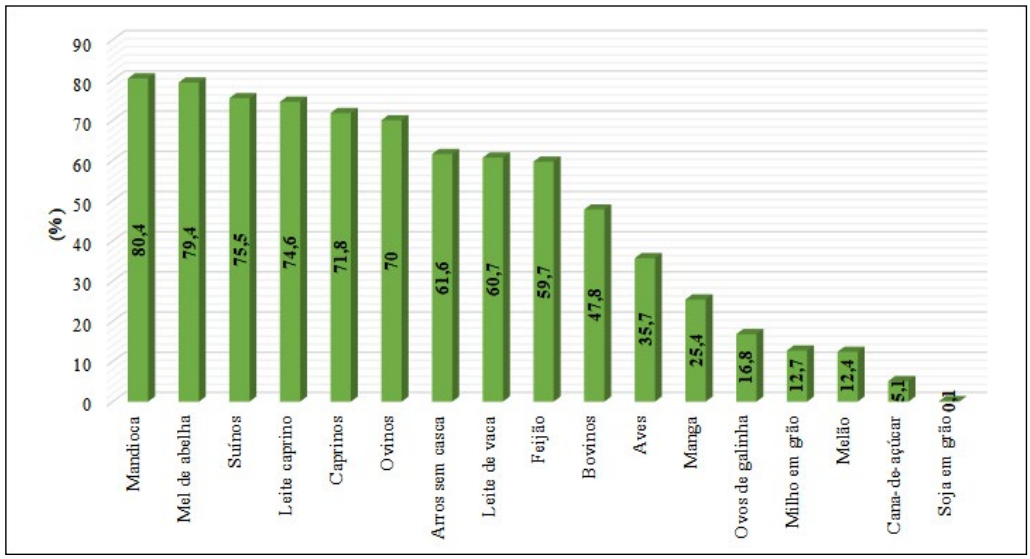
Castro e Freitas (2021), pesquisaram sobre a agricultura familiar no Nordeste e a presença do PRONAF na Região[20], com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017. A pesquisa evidencia o grande número de estabelecimentos familiares dedicados à criação de animais e ao cultivo de espécies vegetais, com o PRONAF desempenhando um

20 O Nordeste possui o maior número de produtores familiares, mas o menor valor médio de contrato do PRONAF (Castro; Freitas, 2021).

papel relevante em atividades como a criação de animais de médio porte, horticultura e extrativismo vegetal. Os autores identificaram uma clara disparidade entre a renda gerada pelos estabelecimentos familiares e não familiares, e que, embora diversificadas, as atividades agropecuárias da agricultura familiar ainda não eram fontes suficientes de geração de renda para assegurar o sustento de parte da população rural.

Ainda segundo os dados do Censo Agropecuário 2017, a agricultura familiar no Nordeste é caracterizada por uma grande diversidade de sistemas produtivos, que se adaptam às diferentes condições climáticas e ambientais da Região. O Gráfico 2 mostra a participação da agricultura familiar na produção agropecuária do Nordeste, em diversos produtos, no ano de 2017.

Gráfico 2 - Participação da agricultura familiar na produção agropecuária do Nordeste em 2017



Fonte: Elaboração dos autores (2023) a partir de Aquino; Alves; Vidal (2020, p. 45).

Os dados revelam uma participação expressiva da agricultura familiar na produção de alimentos básicos, com destaque para mais de 80% da produção de mandioca, além de uma alta participação na produção de mel de abelha, leite caprino, suínos, caprinos e ovinos. Essa constatação reforça a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar na Região. Aquino, Alves e Vidal (2020), também destacam a produção de frutas e hortaliças, além de cultivos como café, cacau, algodão, fumo, produção de castanha de caju.

Por outro lado, a produção de algumas culturas, como milho em grão, melão, cana-de-açúcar e soja em grão ainda apresentam percentuais mais modestos. Essa menor participação pode estar relacionada a fatores como a necessidade de maiores investimentos, acesso a tecnologias e a estrutura fundiária, com a concentração de grandes áreas voltadas para essas produções na agricultura não familiar.

Considerando apenas o Semiárido, Baiardi (2014, p. 153) apontou uma característica preocupante relativa ao segmento da agricultura familiar:

> Paradoxalmente, enquanto em outras regiões do Brasil e mesmo em outros ecossistemas do Nordeste se observa tendência de incremento da pluriatividade ou diversidade produtiva, com práticas conduzidas dentro de preceitos de sustentabilidade ambiental, [...], em grande parte do Semiárido se constata uma tendência contrária.

A tendência preocupante observada no Semiárido dizia respeito a especialização produtiva[21], destacadamente a bovinocultura extensiva. Assim, o quadro geral do segmento da agricultura familiar delineado por Baiardi (2014, p. 153) indicava o "[...] empobrecimento, exclusão e dependência crescente de programas compensatórios [...]", restando comprometidas as condições para a superação da pobreza e extrema pobreza a partir, apenas, da exploração agropecuária.

Os dados evidenciam a centralidade da agricultura familiar na produção de diversos alimentos essenciais no Nordeste em 2017, demonstrando sua capacidade de contribuir significativamente para a segurança alimentar regional. Ao mesmo tempo, a menor participação em certas commodities aponta para as limitações e os desafios enfrentados pelo setor, possivelmente relacionados ao acesso a recursos e à estrutura fundiária. A diversidade da produção reflete a adaptação dos agricultores familiares às condições regionais, embora existam tendências de especialização em algumas áreas que merecem atenção, como a bovinocultura extensiva no Semiárido.

Em suma, Aquino, Alves e Vidal (2020) destacam que a agricultura familiar representa a maioria dos estabelecimentos rurais nordestinos (79,2%) e gera ocupação para mais de 4,7 milhões de pessoas. O segmento contribuiu significativamente para a oferta local de alimentos e para o dinamismo da economia dos municípios, movimentando mais de R$ 32 bilhões em 2017. No entanto, uma parcela expressiva do segmento ainda era muito pobre e tinha seu potencial produtivo bloqueado por múltiplas carências de ativos (acesso precário à terra, educação, assistência técnica, tecnologias, como irrigação e maquinário).

Os dados e os estudos realizados também mostram que a agricultura familiar desempenhou um papel fundamental na produção de alimentos básicos como arroz, feijão e mandioca, e respondia por uma participação elevada na pecuária, especialmente na criação de caprinos, ovinos e suínos. Ademais, a atividade contribuía com a dinamização econômica, em decorrência da produção e da captação de recursos, como os do PRONAF, além servir como elemento importante para a segurança alimentar da Região.

Como indicam Bacelar e Favareto (2020), os desafios que existem no Nordeste demandam a reinvenção do planejamento territorial e a valorização da diversidade ambiental,

21 Os produtos mais financiados pelo PRONAF Custeio Agrícola no Nordeste na Safra 2023-2024, como "milho" em valor (65,9%), revela a concentração do apoio financeiro a determinados produtos da agricultura familiar. Da mesma forma, o financiamento da pecuária, concentra-se na "bovinocultura". Importante reconhecer também a relevância da bovinocultura e produção de milho para a economia regional. Já o "agroartesanato" se destacou em quantidade (37,6%) de contratos, aspecto que aponta para alguma diferenciação (CONTAG/DIEESE, 2024).

socioeconômica e cultural do Nordeste como um lastro para a concepção de políticas de nova geração para o apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento territorial, explorando o potencial regional a partir dos recursos genéticos disponíveis e em energias limpas.

4.2 Agricultura familiar no Rio Grande do Norte: Dados selecionados

O Rio Grande do Norte é um estado do Nordeste brasileiro, com uma área de 52.810 km². É composto por 167 municípios, limita-se ao norte e ao leste com o Oceano Atlântico, ao sul com a Paraíba e a oeste com o Ceará, com 93% da área inserida nos limites do Semiárido Brasileiro (SB) (IBGE, 2023).

> A maior parte do estado do Rio Grande do Norte (RN) está inserido na área formalmente reconhecida do Semiárido, com 147 municípios, excluindo-se a faixa litorânea oriental (20 municípios). Assim, apenas alguns municípios das Regiões Geográficas Imediatas de Natal e de Canguaretama não estão na área do Semiárido. Todas as demais regiões têm todos os municípios na área do Semiárido, sendo a Região Geográfica Imediata de Pau dos Ferros, com 34 municípios, aquela com o maior número (Barreto Filho, 2021, p. 45).

Em relação à agricultura do Rio Grande do Norte, verificou-se um total de 63.452 estabelecimentos agropecuários, com 79,9% enquadrados na categoria de agricultura familiar, conforme Tabela 4, além disso, trata-se da principal fonte de produção de alimentos e de geração de renda para a população rural (IBGE, 2019).

Tabela 4 – Número e porcentagem de estabelecimentos e área total nos diferentes tipos de agricultura do Rio Grande do Norte – 2017

Tipos de Agricultor	**Estabelecimentos**		**Área total (ha)**		**Área média por tipo de estabelecimento (ha)**
	Número	**%**	**Hectares**	**%**	
Familiar	50.680	79,9	946.510	34,8	18,68
Não familiar	12.772	20,1	1.776.638	65,2	139,10
Total	**63.452**	**100**	**2.723.148**	**100**	**-**

Fonte: Elaboração dos Autores (2023) a partir de Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

A Tabela 4 mostra que a agricultura familiar é predominante no Rio Grande do Norte. Em 2017, a agricultura familiar respondia por 79,9% do número de estabelecimentos, mas por apenas 34,8% da área total ocupada, realçando a predominância de grandes estabelecimentos no segmento não familiar e de minifúndios na agricultura familiar, em conformidade com o padrão da Região Nordeste.

Ao comparar os dados sobre a área por tipo de estabelecimento agropecuário (Tabela 2 e Tabela 4), verificam-se disparidades significativas na área média dos estabelecimentos entre a agricultura familiar e a agricultura não familiar tanto no Nordeste quanto no Rio Grande do Norte. Os resultados corroboram a afirmação de que a concentração fundiária ainda é um desafio de grande proporção no Nordeste e no Rio Grande do Norte. A área média dos estabelecimentos da agricultura não familiar é consideravelmente maior do que a

da agricultura familiar em ambas áreas geográficas. No Nordeste, a área média da agricultura não familiar (92,93 hectares) é aproximadamente 6,6 vezes maior que a da agricultura familiar (14,09 hectares). No Rio Grande do Norte, essa diferença é ainda mais acentuada, com a área média da agricultura não familiar (139,10 hectares) sendo cerca de 7,4 vezes maior que a da agricultura familiar (18,68 hectares). A maior diferença na área média entre a agricultura familiar e a não familiar no Rio Grande do Norte em comparação com o Nordeste como um todo pode indicar uma concentração fundiária ainda mais expressiva neste estado.

Segundo Aquino *et al*. (2020), com base em dados do Censo Agropecuário de 2017, ocorria também uma significativa concentração de terra dentro do próprio segmento da agricultura familiar, com metade dos produtores possuindo até 10 hectares e ocupando menos de 10% da área total destinada à agricultura familiar. Uma parcela significativa dos agricultores familiares não era proprietária da terra que explorava, com cerca de 72% se declarando como proprietários, enquanto os demais acessavam a terra por meio de arrendamento, parceria, ocupação, assentados sem titulação definitiva e produtores sem área.

Ademais, a diminuta área dos minifúndios representa um sério obstáculo para a viabilização econômica da produção na agricultura familiar, especialmente em regiões como o Semiárido, assoladas por secas e escassez hídrica. Essa limitação de terras pode restringir a capacidade de ampliação dos cultivos, conforme apontado por Schneider (2003).

Com relação ao nível de modernização da agricultura familiar potiguar, a pesquisa de Dias e Campos (2022), constatou que o Rio Grande do Norte[22] apresentou o maior Índice de Modernização da Agricultura (IMA) médio entre os estados da Região Nordeste, com um valor de 0,1510, classificado como médio-baixo.

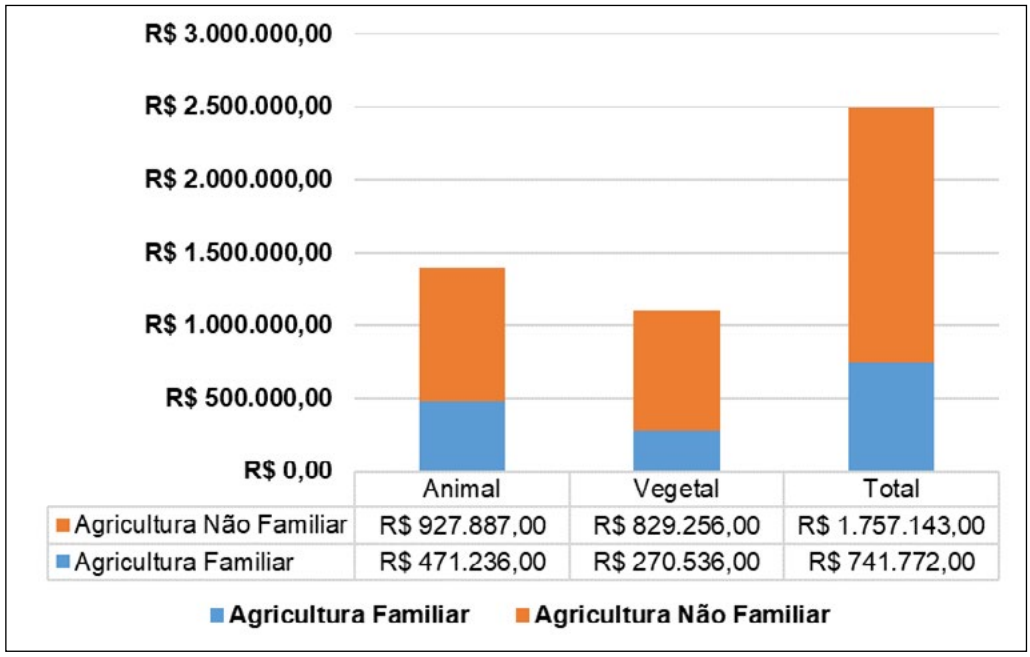
Segundo Aquino *et al*. (2020), a maioria dos agricultores familiares utiliza intensivamente a pouca terra disponível, com apenas 21,9% declarando deixar suas áreas em pousio. Uma parcela significativa utiliza agrotóxicos (35,3%), enquanto a irrigação (13,9%) e a presença de tratores (2,5%) são menos comuns.

Segundo dados sobre a agricultura familiar potiguar uma porcentagem de 18,4% dos estabelecimentos agropecuários não possuía energia elétrica em 2017 e, em relação ao conhecimento de escrita e leitura em 2017, 56% dos produtores da agricultura familiar sabiam ler e escrever, enquanto 44% não sabiam, e uma grande parcela com baixa escolaridade formal, em que 22% nunca frequentaram a escola e 42,4% cursaram apenas até o "antigo primário" (CONTAG/DIEESE, 2024; Aquino *et al*., 2020).

Os números apresentados a seguir, no Gráfico 3, trazem os dados da produção agrícola no estado do Rio Grande do Norte em 2017 e revelam a contribuição econômica da agricultura, destacando as diferenças notáveis entre a produção familiar e não familiar no estado.

22 A análise para o Rio Grande do Norte considerou dados de 33 municípios (Dias; Campos, 2022).

Gráfico 3 - Valor da produção dos estabelecimentos agropecuários familiar e não familiar do Rio Grande do Norte – 2017



Fonte: Elaboração dos Autores (2023) a partir de Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Na agricultura familiar do Rio Grande do Norte, como exposto no Gráfico 3, o valor da produção animal foi de R$ 471.236,00, representando participação de cerca de 5% na produção da pecuária familiar nordestina, enquanto a produção vegetal atingiu R$ 270.536,00 ou 3,62% do total nordestino, totalizando R$ 741.772,00 ou 4,67% do total regional. Mais uma vez é importante destacar que o ano de 2017 foi de seca em boa parte do Rio Grande do Norte, culminando em praticamente um quinquênio de poucas chuvas no interior do estado. Não obstante, as receitas obtidas contribuíram, assim como as receitas provenientes de programas e políticas públicas, para o sustento das famílias, bem como para a economia dos municípios potiguares.

Apesar da expressiva participação no número de estabelecimentos (Tabela 4) e na produção de certos itens (Gráfico 4), a agricultura familiar gerou apenas 29,7% do Valor Total da Produção (VTP) agropecuária do estado em 2017, com um VTP médio por unidade de R$ 14.867,00, enquanto os estabelecimentos não familiares geraram 70,3% do VTP. Vale salientar também uma grande desigualdade[23] interna na geração de renda agrícola

23 Aquino e Lacerda (2014, p. 167), ao investigarem a realidade potiguar constataram que: "O baixo valor da produção agropecuária gerado anualmente por [expressivo contingente] de produtores [enquadráveis no Grupo B do PRONAF] é determinado por 'múltiplas carências produtivas' (escassez de terra, água, educação, tecnologias, crédito e assistência técnica), o que torna sua reprodução econômica dependente de outras fontes de receitas vindas de fora da propriedade, com especial destaque para as rendas das aposentadorias rurais e dos demais programas sociais do governo."

dentro da agricultura familiar, com os agricultores mais pobres (Grupo B do PRONAF) produzindo uma pequena parcela do VTP total do segmento (Aquino *et al*., 2020). Os dados evidenciam que os inúmeros desafios que os agricultores familiares têm que superar são ainda maiores para os estratos mais vulneráveis socioeconomicamente, que se encontram na base da pirâmide social e ainda não foram devidamente alcançados por políticas públicas realmente emancipadoras.

Segundo Aquino *et al*. (2020), a receita dos estabelecimentos familiares provém principalmente da venda de animais e seus derivados (59,4%) e da comercialização de produtos vegetais (27,3%). Além disso, uma parte importante da renda das famílias provém de fontes externas à propriedade, como aposentadorias e pensões (83,4%), rendas de atividades fora do estabelecimento (8,8%) e programas governamentais como o Bolsa Família (6,3%) e o Garantia Safra (1,3%). Essa elevada incidência de rendas não agrícolas nos estabelecimentos agropecuários do Rio Grande do Norte indica a dependência de outras fontes de renda e evidencia a vulnerabilidade do setor na geração de renda suficiente para tornar a atividade viável economicamente.

Mesmo reconhecendo as dificuldades relacionadas à baixa capacidade de investimentos e descapitalização de boa parte dos estabelecimentos agropecuários familiares demonstradas pelos dados da obtenção de rendas agrícolas[24], além dos impactos provenientes das secas recorrentes e até pela insuficiência de ações de apoio das autoridades governamentais, pode-se considerar que o rural potiguar apresenta potencial de expansão da agricultura familiar, conforme defendem Aquino *et al.,* (2020).

Em 2017, no Rio Grande do Norte, 92% dos agricultores familiares do estado declararam não ter recebido nenhum tipo de assistência técnica (ATER). Apesar de alto, esse percentual é ligeiramente menor que a média de 92,7% observada para todo o Nordeste.

Já em 2020, o Rio Grande do Norte se destacou por apresentar a maior capilaridade no atendimento aos agricultores familiares, com atividades de extensão rural em todos os 167 municípios e 156 unidades de atendimento ao produtor. Ainda em 2020, os relatórios das entidades públicas de ATER do estado indicaram que 35.811 agricultores familiares foram atendidos, o que corresponde a 71% do total estimado de 50.680. Esta foi a maior taxa de atendimento entre os cinco estados nordestinos que forneceram dados (Vargas; Aquino; Carvalho, 2022).

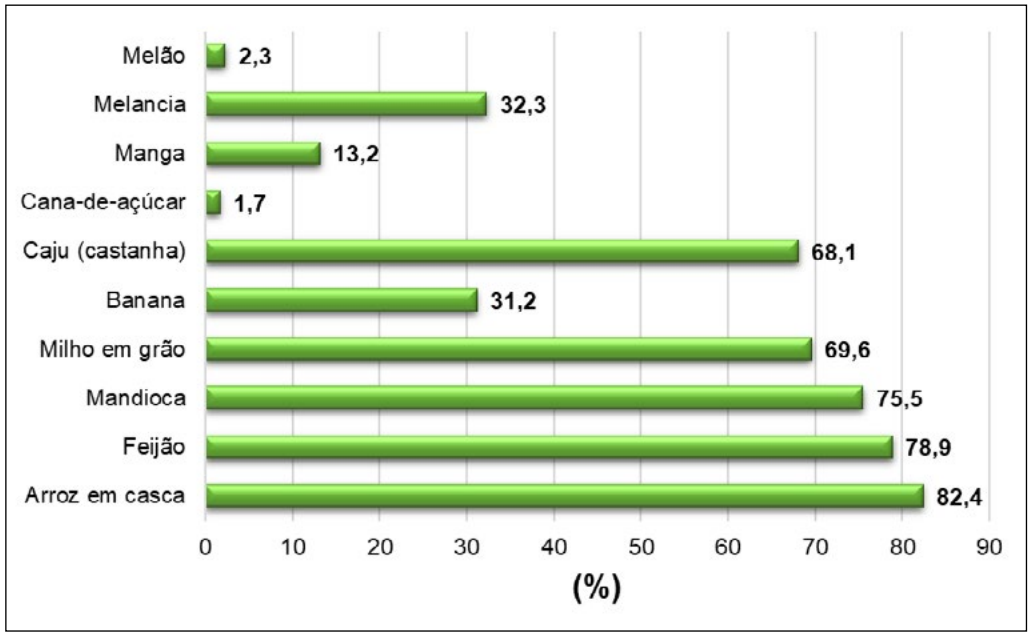
Outro aspecto diz respeito a resiliência da agricultura familiar frente aos desafios, em que as vivências acumuladas pelos agricultores contribuem para se adaptarem às diferentes

24 Barreto Filho (2021) pesquisou o Setor Agropecuário potiguar e concluiu que ocorreu perda de relevância econômica frente aos demais setores e apontou uma tendência de queda na quantidade produzida em diversos produtos provenientes da agropecuária potiguar, inclusive, evidentemente, da agricultura familiar. Na mesma linha, estudo sobre a agropecuária da Região Geográfica Imediata de Pau dos Ferros, com todos os 34 municípios situados no Semiárido, indicou perda de representatividade econômica em relação aos demais setores, bem como forte predominância de minifúndios, com 81,6% dos estabelecimentos enquadrados como agricultura familiar, que dispunham de 50,6% da área e geravam 78,3% das ocupações. Ademais, constatou-se redução acentuada da quantidade produzida de algodão, cana-de-açúcar, feijão de cor, mandioca e milho, bem como queda do plantel de bovinos e crescimento dos rebanhos de ovinos, caprinos, suínos e aves (Barreto Filho, 2023).

condições climáticas e ambientais, mesmo num cenário de seca persistente como foi o período de 2012 a 2017.

O Gráfico 4 apresenta a participação da agricultura familiar na quantidade de toneladas produzidas pelas principais lavouras do Rio Grande do Norte, em 2017. O gráfico é dividido em dois eixos: o eixo vertical apresenta as principais lavouras do estado, enquanto o eixo horizontal apresenta a participação da agricultura familiar, em percentagem.

Gráfico 4 - Participação da agricultura familiar na quantidade de toneladas produzidas pelas principais lavouras do Rio Grande do Norte, 2017



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019). Elaboração dos Autores (2023).

Em 2017, a agricultura familiar foi responsável pela maior parte da produção de alimentos básicos do rural potiguar: Os estabelecimentos agropecuários produziram 82,4% do arroz em casca, 78,9% do feijão, 75,5% da mandioca e 69,6% do milho no estado. A agricultura familiar também contribuiu de forma relevante na produção de castanha de caju, com 68,1%, melancia com 32,3% e banana com 31,2%. Na pecuária, a agricultura familiar detinha a maior parte dos suínos (74,2%), caprinos (61,8%) e ovinos (60,0%), além de quase metade dos bovinos (49,4%). Sugerindo que, apesar dos desafios impostos pela concentração fundiária e pequena área dos estabelecimentos, pelas adversidade climáticas e pela baixa geração de rendas agrícolas, a agricultura familiar ainda apresentou certa diversidade produtiva, com participações relevantes em diversas culturas alimentares tanto no Nordeste quanto no Rio Grande do Norte.

Quanto ao problema apontado por Baiardi (2014) relacionado à acentuada especialização produtiva na pecuária bovina de estabelecimentos agropecuários do Semiárido, observa-se que a criação de bovinos representa importante atividade no cotidiano

rural do Nordeste e do Rio Grande do Norte, inclusive por relações para além do aspecto econômico, bem como demonstrada pelo direcionamento do crédito do PRONAF[25] para a bovinocultura[26].

Ao comparar os principais resultados do Nordeste com os do Rio Grande do Norte, algumas semelhanças e diferenças notáveis emergem dos dados do Censo Agropecuário de 2017 e de estudos sobre a temática.

Tanto no Nordeste quanto no Rio Grande do Norte, a agricultura familiar é a forma predominante de organização da produção agrícola. Em 2017, representava 79,2% dos estabelecimentos agropecuários no Nordeste e 79,9% no Rio Grande do Norte. Essa alta representatividade numérica, contudo, não se traduz em igual proporção na área ocupada.

A concentração fundiária é um problema grave em ambas as áreas, mas parece ser ainda mais acentuada no Rio Grande do Norte. Enquanto a agricultura familiar ocupava 36,6% da área total no Nordeste, no Rio Grande do Norte essa proporção era de apenas 34,8%. A área média por estabelecimento familiar no Nordeste era de 14,09 hectares, enquanto no Rio Grande do Norte era ligeiramente maior, 18,68 hectares. Em contraste, a agricultura não familiar possuía áreas médias significativamente maiores: 92,93 hectares no Nordeste e 139,10 hectares no Rio Grande do Norte, evidenciando uma maior disparidade na distribuição de terras no estado.

A agricultura familiar tem uma participação relevante na produção de alimentos básicos. No Nordeste, destaca-se a produção de mandioca, mel de abelha, leite caprino, suínos, caprinos e ovinos. No Rio Grande do Norte, a agricultura familiar foi responsável pela maior parte da produção de arroz em casca (82,4%), feijão (78,9%), mandioca (75,5%) e milho (69,6%), além de ter uma participação considerável na produção de castanha de caju, melancia e banana. Em termos de valor da produção em 2017, a contribuição da agricultura familiar para o VTP agropecuário do estado do Rio Grande do Norte foi de apenas 29,7%, indicando uma menor capacidade de geração de valor em comparação com a agricultura não familiar. A participação do Nordeste na produção da agricultura familiar brasileira também havia diminuído entre 2006 e 2017.

Uma característica comum é a importância das rendas não agrícolas e de programas sociais para a sustentabilidade da agricultura familiar. No Nordeste, 21,34% da receita dos estabelecimentos familiares provinha de programas e políticas públicas em 2017. No Rio Grande do Norte, a dependência de fontes externas era ainda mais evidente, com 83,4% dos estabelecimentos contando com renda proveniente de aposentadorias e pensões, além de rendas de atividades fora da propriedade e programas governamentais. Isso sugere

25 No âmbito do PRONAF Custeio Agrícola na Safra 2023-2024, os produtos mais financiados em quantidade no Rio Grande do Norte foram "MILHO" e "AGROARTESANATO", representando 40,2% e 37,6% do total de contratos, respectivamente. Em valor, os mesmos produtos representaram 65,9% e 7,1% do valor total financiado (CONTAG/DIEESE, 2024).

26 No PRONAF Custeio Pecuária na Safra 2023-2024, o produto mais financiado em quantidade e valor no Rio Grande do Norte foi "BOVINOS", com 83,9% dos contratos e 90,4% do valor total (CONTAG/DIEESE, 2024).

uma maior vulnerabilidade econômica da agricultura familiar potiguar, com a atividade agropecuária em si não sendo suficiente para garantir o sustento de muitas famílias.

Ambos, Nordeste e Rio Grande do Norte, enfrentam desafios como a escassez hídrica, acesso limitado a tecnologias, e assistência técnica insuficiente. Em 2017, os percentuais de agricultores familiares sem acesso à ATER foram muito altos em ambas as áreas (92,7% no Nordeste e 92% no RN). Em relação ao nível de modernização, o Rio Grande do Norte apresentou um Índice de Modernização Agrícola (IMA) médio ligeiramente maior (0,1510) em comparação com a média do Nordeste (0,1315), ambos classificados como médio-baixos. O baixo nível de escolaridade também é um desafio significativo em ambas as regiões, com altos índices de analfabetismo e baixa escolaridade formal entre os produtores.

5 CONCLUSÕES

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 e as diversas pesquisas utilizadas demonstram que as circunstâncias desafiadoras que impactam a diversidade produtiva e a viabilidade socioeconômica da agricultura familiar no Nordeste e no Rio Grande do Norte são multifacetadas e interligadas.

A desigualdade no acesso à terra é um dos maiores problemas, especialmente no Nordeste e no Rio Grande do Norte. Muito provavelmente, as terras mais férteis e com maior disponibilidade de água estão concentradas em grandes propriedades, enquanto a agricultura familiar se caracteriza por minifúndios, boa parte deles localizados na porção semiárida e com maior possibilidade de sofrer pela escassez hídrica. Ademais, a limitação de área dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar restringe a capacidade de diversificação de culturas e a escala de produção, impactando diretamente a viabilidade econômica.

A vulnerabilidade climática, marcada por secas recorrentes e intensa escassez hídrica, especialmente no Semiárido, representa um sério obstáculo à produção agropecuária e à diversificação produtiva. A dificuldade de acesso à água limita as opções de cultivo e reduz a produtividade, comprometendo a capacidade de geração de renda e até a segurança alimentar das famílias.

A agricultura familiar no Nordeste enfrenta um baixo acesso a tecnologias mais eficientes para a produção. Embora o uso de insumos, como adubo e agrotóxico, possa ser similar entre estabelecimentos familiares e não familiares, a posse e o uso de tratores, por exemplo, são menos comuns na agricultura familiar. Essa limitação tecnológica impacta a produtividade e a capacidade de diversificar a produção para além de práticas mais tradicionais e menos rentáveis.

Uma parcela significativa dos agricultores familiares no Nordeste e no Rio Grande do Norte não recebe orientação técnica. Em 2017, 92,7% dos agricultores familiares do Nordeste e 92% do Rio Grande do Norte não receberam ATER. A falta de assistência dificulta a adoção de novas práticas, o acesso a informações sobre diversificação produtiva e a implementação de estratégias para mitigar os impactos das condições climáticas adversas.

Os múltiplos desafios mencionados contribuem para a baixa competitividade e produtividade da agricultura familiar no Nordeste e no Rio Grande do Norte. Isso se reflete,

por exemplo, na menor participação da Região Nordeste no Valor Bruto da Produção (VBP) da agricultura familiar em comparação com outras regiões do país.

Problemas estruturais persistentes e desigualdades regionais acentuadas também dificultam a viabilidade da agricultura familiar no Nordeste e no Rio Grande do Norte. A concentração de microrregiões com os piores indicadores de competitividade no Norte e Nordeste ilustra essa disparidade.

Embora a pluriatividade seja uma característica importante da agricultura familiar no Nordeste e no Rio Grande do Norte, os critérios legais para enquadramento podem excluir famílias com maior diversificação de renda fora da unidade de produção agrícola. Isso pode levar a uma subestimação da importância econômica dessas famílias e dificultar o acesso a políticas públicas específicas para a agricultura familiar, como, por exemplo, acessar o PRONAF.

O baixo nível de escolaridade e o alto índice de analfabetismo entre os agricultores familiares do Nordeste (42,2% em 2017, e 44% no RN) limitam o acesso a informações, a adoção de tecnologias e a capacidade de gestão de negócios agrícolas diversificados.

Em algumas áreas do Semiárido, observa-se uma tendência preocupante de especialização produtiva, como a bovinocultura extensiva, em detrimento da diversidade de culturas e práticas mais sustentáveis. Essa especialização pode aumentar a vulnerabilidade econômica e reduzir a segurança alimentar das famílias.

Constatou-se que a diversidade produtiva e a viabilidade socioeconômica da agricultura familiar no Nordeste e no Rio Grande do Norte são impactadas pela concentração fundiária, escassez hídrica, acesso limitado a recursos e tecnologias, assistência técnica insuficiente, baixa competitividade, desigualdades regionais, critérios legais restritivos relacionados à pluriatividade e o baixo nível de escolaridade dos produtores. Essas circunstâncias desafiadoras, muitas vezes interligadas, dificultam a modernização, a diversificação da produção e a geração de renda suficiente para garantir a sustentabilidade do setor. Não obstante, também se evidenciou que a agricultura familiar é essencial no Nordeste e no Rio Grande do Norte em termos de número de estabelecimentos, ocupações geradas, produção de alimentos básicos, além de contribuir para a dinamização econômica, consequentemente, desde que devida apoiada, tem potencial para se desenvolver.

O trabalho possui algumas limitações, dentre as quais: A análise detalhada das características e desafios da agricultura familiar no Nordeste e no Rio Grande do Norte concentra-se fortemente nos dados de 2017. Isso oferece um retrato da situação em um ponto específico no tempo, mas pode não capturar a dinâmica e as mudanças ocorridas antes ou depois desse período. Embora o estudo apresente dados para o Nordeste e o Rio Grande do Norte, pode haver variações significativas que não são totalmente exploradas devido ao foco em dados mais agregados. Por exemplo, as condições e os desafios podem variar consideravelmente entre diferentes Regiões Geográficas Imediatas ou tipos de agricultura familiar dentro do mesmo estado. O estudo reconhece a falta de apoio governamental adequado como um desafio, mas não detalha quais políticas são insuficientes ou como poderiam ser melhoradas.

Sugere-se a realização de estudos que acompanhem a evolução da agricultura familiar ao longo do tempo, para analisar tendências, identificar os impactos de eventos e políticas recentes, e compreender melhor a resiliência e a capacidade de adaptação do setor; fazer estudos de caso em diferentes Regiões Geográficas Imediatas do Nordeste e do Rio Grande do Norte, focando em tipos específicos de agricultura familiar e nos desafios que enfrentam em seus contextos particulares; avaliar o impacto de diferentes programas e políticas públicas; aprofundar a análise da pluriatividade na agricultura familiar nordestina e potiguar; desenvolver estudos que investiguem a contribuição específica da agricultura familiar para a segurança alimentar em diferentes comunidades e municípios do Nordeste e do Rio Grande do Norte; além de outras pesquisas que possibilitem obter uma compreensão mais completa e dinâmica dos desafios e do potencial da agricultura familiar no Nordeste e no Rio Grande do Norte.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. S. V.; VERCH, A. G. F.; KUBO, R. R. Participação e Desenvolvimento Rural: reflexões sobre o fazer pesquisa e extensão permeado pela imagem. *In*: SOGLIO, F. D.; KUBO, R. R. (Org.). **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. cap. 10, p. 178-204.

AGUIAR, L. O. C. de; MACEDO, L. O. B. Desafios e oportunidades da agricultura familiar e a conservação ambiental no Brasil: revisão bibliográfica do acervo da plataforma scopus no período de 2013 a 07/2023. **REVISTA DELOS**, v. 17, n. 62, p. e3060-e3060, 2024.

ANDRADE, S. M. C. de. A questão agrária no Nordeste. **São Paulo em Perspectiva**, n.º 11(2), 1997. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02_13.pdf. Acesso em: 28 set. 2024.

AQUINO, J. R. de; ALVES, M. O.; VIDAL, M. de F. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 51, n. Suplemento Especial, p. 31-54, 2020.

AQUINO, J. R. de *et al*. Agricultura Familiar no Rio Grande do Norte Segundo o Censo Agropecuário 2017: Perfil e desafios para o desenvolvimento rural. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 51, n. Suplemento Especial, p. 113–131, 2020.

AQUINO, J. R. de; LACERDA, M. A. D. de. Magnitude e condições de reprodução econômica dos agricultores familiares pobres no semiárido brasileiro: evidências a partir do Rio Grande do Norte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 167-188, 2014.

BACELAR, T.; FAVARETO, A. O papel da agricultura familiar para um novo desenvolvimento regional no Nordeste–uma homenagem a Celso Furtado. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 51, n. Suplemento Especial, p. 9-29, 2020.

BARRETO FILHO, B. de F. O Setor Agropecuário no Rio Grande do Norte. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 38, n.º 4, p. 38-59, 2021 (Especial).

BARRETO FILHO, B. de F. A produção agropecuária na Região Geográfica Imediata de Pau dos Ferros (2006/2017). **Revista Geotemas**, v. 13, p. e02302-e02302, 2023.

BARRETO FILHO, B. de F.; SOUTO, L. V.; LIMA, D. de F. A seca de 2012-2017 e as intervenções do Estado: Reflexões a partir da situação da Microrregião de Pau dos Ferros: The 2012-2017 drought and state interventions: Reflections from the situation of the Micro-Region of Pau dos Ferros. **Academic Journal of Studies in Society, Sciences and Technologies–Geplat Papers**, v. 4, n. 2, 2023.

BRASIL. Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 29 ago. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a política de fomento à agricultura familiar. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm. Acesso em: 29 ago. 2023.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável**: questões para debate. Brasília/DF: IICA, 2006. Disponível em: https://forodesarrolloterritorial.org/gallery/volumen%205.pdf. Acesso em: 29 jan. 2024.

CASTRO, C. N. de; FREITAS, R. E. **Agricultura familiar nordestina, políticas públicas e segurança alimentar**. Texto para Discussão n. 2708. Brasília-DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2021.

CASTRO, C. N. de; FREITAS, R. E. **O PRONAF no Nordeste: análise a partir dos dados do censo agropecuário de 2017**. Texto para Discussão n. 2677. Brasília-DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2021.

CASTRO, C. N. de; PEREIRA, C. N. **Agricultura nordestina: análise comparativa entre os censos agropecuários de 2006 e 2017**. Texto para Discussão n. 2675. Brasília-DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2021.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares / DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA AGRICULTURA FAMILIAR - 2024 / Ano 3.** Disponível em: https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/18459-2234957-anua%CC%81rio-agricultura-2024.pdf. Acesso em: 29 jan. 2025.

DIAS, T. K. M.; CAMPOS, K. C. Índice de modernização da agricultura familiar no Nordeste do Brasil. **Revista de Política Agrícola**, v. 31, n. 4, p. 72-84, out./nov./dez. 2022.

FOSSÁ, J. L.; RENK, A. O conceito de agricultura familiar: retrocessos do presente. **Revista Grifos**, v. 30, n. 54, p. 73-93, 2021.

GUANZIROLI, A.; DI SABATTO, A.; BUAINAIN, A. M. Evolução da agricultura familiar no Brasil (1996-2017). *In*: VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. (Orgs.). **Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário**. Brasília: IPEA, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096. Acesso em: 29 maio 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=750. Acesso em: 10 ago. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos. Acesso: 12 out. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do Espaço Rural Brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101773. Acesso em: 05 jun. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/. Acesso em: 12 out. 2023.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

KAGEYAMA, A. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. T. A. de. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do censo de 2006. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 51, p. 105-122, 2013.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 5, p. 83-92, 2014.

MOURA, J. E. A. *et al*. Desempenho competitivo da agricultura familiar nas microrregiões do Brasil, 2006/2017. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 22, n. 2, p. 1-35, 2024.

NASCIMENTO, C. A. do; AQUINO, J. R. de; DELGROSSI, M. E. Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil e o paradoxo da pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, p. e240128, 2021.

NAVARRO, Z.; PEDROSO, M. T. M. **Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar**. – Brasília-DF: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2011. Disponível em: https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/914002/1/Texto42240112.pdf. Acesso em: 28 jan. 2024.

OLIVEIRA, K. T. N.; BARRETO FILHO, B. de F. O urbano de São Miguel/RN no século XXI. **Geopauta**, v. 7, p. 1-34, 2023.

PAIVA, M. A. G. de; BARRETO FILHO, B. de F. Contribuições do programa nacional de crédito fundiário para as comunidades rurais em Portalegre/RN. **Revista Cadernos de Economia**, v. 23, n. 39, p. 26-43, 2019.

SAVOLDI, A.; CUNHA, L. A. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, Pronaf e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar**, v. 5, n. 1, p. 25-45, jan./jun. 2010.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. A agricultura familiar no Brasil. Centro Latinoamericano para el Desarollo Rural (RIMISP). **Serie documentos de trabajo**, n. 145, 2013. Disponível em: https://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1438617722145AgriculturaFamiliarBrasil_ShneideryCassol_editado.pdf. Acesso em: 27 set. 2024.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação. **Revista RURIS**, v. 4, n. 1, p. 85-131, 2010.

SCHNEIDER, S. Evolução e características da agricultura familiar no Brasil. **Revista da Alasru Nueva Epoca**, v. 1, p. 21-52, 2014.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-122, 2003.

VALADARES, A. A. Perfil dos dirigentes de estabelecimento da agricultura familiar: uma comparação entre os Censos Agropecuários 2006 e 2017. Nota técnica. **Mercado de trabalho**, n.º 72, out. 2021.

VARGAS, D. L. de; AQUINO, J. R. de; CARVALHO, C. X. de. Assistência técnica, extensão rural e agricultura familiar no Nordeste: panorama, desempenho recente e desafios. **Emancipação**, n. 22, p. 1, 2022.